



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – nº. 12/2007

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e sete na sede do Departamento do Patrimônio, localizado na Rua Álvaro Ramos, 157, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 77.821.841/0001-94, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador J. Vidal Coelho, em conformidade com o resultado do Pregão Presencial nº. 11/2007, devidamente homologado às fls. 161 do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 3.931/2001, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual aquisição de etiquetas das empresas vencedoras da licitação, conforme indicadas abaixo, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

1 - PROTOCOLO DE REFERÊNCIA: nº. 243.775/2006;

2 - LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 11/2007;

3 - OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição etiquetas, por meio da modalidade Pregão Presencial;

4 - DATA E HORA DE ABERTURA: 16/05/2007, 14:00 horas;

5 - ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

6 - SETOR REQUISITANTE: Divisão de Administração de Materiais;

7 - LOCAL PARA ENTREGA: Rua Flávio Dallegrove, 6161 - Ahú - Curitiba - PR;

8 - PREGOEIRO: André Leonardo Meerholz;

9 - EQUIPE DE APOIO: Janete Tanaka, Marcelo Mader Stinglin e Suzana Heofacker;

10 - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Comissão presidida pelo Senhor Chefe da Divisão de Administração de Materiais, tendo como Membros os Chefes das Seções de Controle de Materiais e de Distribuição de Materiais do Departamento do Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

11 - BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO (FORNECEDORES) E ITENS:

a) **MARCO AURÉLIO COLLAÇO - EPP**, CNPJ 81.431.777/0001-02, com sede na Valentin Bosa Filho, 170 - Botiatuvinha - Curitiba - PR - CEP: 82.400-130 - Fone: (41) 3273-3055 - e-mail: marcore@brturbo.com.br, neste ato representado pelo Sr. MARCO AURÉLIO COLLAÇO, portador da Carteira de Identidade nº. 3.919.888-6/PR e do CPF nº. 535.901.479-20



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

Item	Código	Quantidade	Valor Unitário
1	2.05.014	200.000	R\$ 0,17

b) **MATHEUS ALEXANDRE MOREIRA TONIOLO**, CNPJ 07.792.634/0001-73, com sede na Rua Percy Feliciano de Castilho, 816 – Bairro Alto – Curitiba - PR – CEP: 82.820-380 - Fone: (41) 3024-9420 - Fax: (41) 3238-3665 - e-mail: mercanciapolivalente@yahoo.com.br, neste ato representado pelo Sr. FLÁVIO KOVAL, portador da Carteira de Identidade nº. 4.116.820 e do CPF nº. 021.449.189-70

Item	Código	Quantidade	Valor Unitário
2	7.05.001	115	R\$ 35,85
3	7.05.002	515	R\$ 35,50

c) **CASA DO EPI LTDA.**, CNPJ 04.467.771/0001-44, com sede na Rua Rua Afonso Osvaldo Guellmann, 237 – Pinheirinho – Curitiba – PR - CEP: 81.880-080 – Fones: (41) 3246-8880 e (41) 9243-5736 – Fax: (41) 3349-0443 – e-mail: casadoepi@hotmail.com, neste ato representado pelo Sr. SERGIO JEREMIAS, portador da Carteira de Identidade nº. 5.814.869-5 e do CPF nº. 574.491.209-68

Item	Código	Quantidade	Valor Unitário
4	7.05.003	2.000	R\$ 38,95
5	7.05.004	50	R\$ 69,35
7	7.05.006	1.000	R\$ 2,70

d) **VISÃO COMÉRCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.**, CNPJ 07.598.481/0001-28, com sede na Rua Herbert Neal, 79 – Santa Quitéria – Curitiba – PR – CEP: 80.310-330 – Fone: (41) 3016-5270 – e-mail: visao2006@onda.com.br, neste ato representado pela Sra. MARILZA DOMINGUES FERNANDES, portadora da Carteira de Identidade nº. 3.492.484-8 e do CPF nº. 470.507.489-00

Item	Código	Quantidade	Valor Unitário
6	7.05.005	50.000	R\$ 0,17

12 - CONDIÇÕES:

12.1 - O beneficiário de registro deverá, obrigatoriamente, efetuar a entrega do material conforme solicitação veiculada pelo pedido de fornecimento em no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

12.2 - O Tribunal de Justiça promoverá por meio da Divisão de Compras a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado;

12.2.1 - O acompanhamento incluirá a fiscalização para que durante a vigência do contrato sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

12.3 - O Setor Requisitante endereçará ao Departamento do Patrimônio o pedido de fornecimento no qual constarão, obrigatoriamente, protocolo de referência, número da licitação, item(ns) solicitado(s), quantidade e especificação do(s) bem(ns), local e prazo de entrega conforme previsão editalícia;

12.4 - A Administração do Tribunal de Justiça emitirá Nota de Empenho que, juntamente com o Pedido de Fornecimento, serão transmitidos via fac-símile, momento a partir do qual começará a contar o prazo de entrega. Referidos documentos também serão encaminhados por via de endereçamento postal;

12.5 - Observado o prazo e local de entrega constante do pedido de fornecimento, o contratado fará entrega do produto, oportunidade em que receberá documento (ou atesto na nota fiscal), declarando a entrega, que poderá nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº. 8.666/93, ser considerado título de recebimento definitivo ou provisório;

12.6 - O beneficiário de registro deverá comunicar o dia de entrega das etiquetas, por escrito (via fac-símile) pelo telefone nº. (41) 3353-8088 ou 3253-6017, na Divisão de Administração de Materiais, sito a Rua Flávio Dallegrave, 6161, Ahú, Curitiba – Paraná;

12.7 - O beneficiário de registro deverá entregar as etiquetas em perfeitas condições de uso no endereço acima discriminado;

12.8 - Por ocasião da entrega das etiquetas, por parte do beneficiário de registro, o(s) mesmo(s) sofrerá(ão) uma verificação, sendo recusado(s) aquele(s) que estiver(em) em desacordo com as especificações do presente instrumento ou em desconformidade com a proposta;

12.9 - Para as etiquetas entregues e não aceitos após verificação e teste, o beneficiário de registro se obriga a retirá-los e substituí-los dentro de cinco (05) dias úteis subseqüentes à conferência, confirmada por telefone, fac-símile ou por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital;

12.10 - A existência dos preços registrados não obriga o Tribunal de Justiça a firmar as contratações que deles poderão advir, permanecendo facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, porém aos beneficiários de registro é assegurada a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

12.11 - O beneficiário de registro deverá, obrigatoriamente, apresentar requerimento acompanhado da nota fiscal/fatura e cópia da nota de empenho, depois de verificados e aceitos os materiais por parte da Comissão referida no Capítulo X;

12.12 - O Tribunal de Justiça efetuará o respectivo pagamento pelos valores constantes da nota de empenho, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data do protocolamento do requerimento de pagamento, contendo a respectiva fatura ou nota fiscal, indicando, obrigatoriamente, a modalidade, número da licitação, e itens da qual sagrou-se vencedora, devidamente instruído com a documentação exigida e em condições de ser processado;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

12.13 - A não entrega do objeto conforme as especificações e nos prazos previstos no edital e no pedido de fornecimento facultará a Administração a aplicação da multa de mora diária de 0,3% (três décimos percentuais), calculada sobre o valor global constante da nota de empenho até o 30º (trigésimo) dia de atraso; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor global constante da nota de empenho da licitante vencedora, sem prejuízo das demais penalidades previstas nos artigos 86 e 87 na Lei Federal nº 8.666/93, nos artigos 402 a 405 da Lei Federal nº. 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro), e na Lei Federal nº. 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor);

12.14 - O(s) item(ns) solicitados no Pedido de Fornecimento será(ão) recebido(s) por Comissão de Recebimento regularmente constituída, conforme delegação de competência contida no Decreto Judiciário nº. 375, de 21 de julho de 1993, publicado no Diário da Justiça de 23 de julho de 1993 (Lei Federal nº. 8666/93, artigo 15 § 8º);

12.15 - O aceite das etiquetas poderá, a critério da Comissão, ser provisório ou definitivo, em conformidade com o disposto no artigo 73 da Lei Federal nº. 8.666/93;

12.16 - O aceite em definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor, por vícios de quantidade, de qualidade ou técnicos do material (aparentes ou ocultos) ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste edital, verificadas posteriormente;

12.17 - A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93;

12.17.1 - O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal de Justiça, órgão gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao(s) fornecedor(es) ou executante(s);

12.18 - Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Departamento do Patrimônio deverá:

12.18.1 - convocar o fornecedor ou executante, para negociar a adequada redução do preço;

12.18.2 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso se frustre a negociação;

12.18.3 - convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação;

12.19 - Quando o preço de mercado tornar-se superior ao registrado e o fornecedor, mediante requerimento fundamentado, demonstrar a impossibilidade de cumprir o compromisso, o Departamento do Patrimônio poderá:

12.19.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

12.19.2 - convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação;

12.20 - Frustradas as negociações, o Departamento do Patrimônio providenciará a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

12.21 - O beneficiário terá seu registro cancelado quando:

12.21.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços;

12.21.2 - não retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela administração do Tribunal de Justiça, sem justificativa aceitável;

12.21.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.21.4 - houver razões de interesse público.

12.22 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas e assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como unidade gestora.

12.23 - O beneficiário do registro poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

12.24 - Os quantitativos registrados poderão ser acrescidos ou diminuídos dentro dos limites estabelecidos no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/83.

12.25 - O prazo de vigência de registro de Preços será de 01 (um) ano.

12.26 - O produto ofertado deverá obedecer ao disposto no artigo nº. 31 da Lei Federal nº. 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que diz: "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores".

12.27 - O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, durante a vigência da ata de registro de preços, mediante despacho fundamentado, excluir da mesma o beneficiário de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, se houver a ocorrência de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a sua idoneidade e/ou sua capacidade técnica ou econômica, sem que caiba à empresa qualquer indenização ou ressarcimento, independentemente de outras sanções que o caso determinar, sem prejuízo de responder por danos derivados de sua conduta omissiva ou comissiva por omissão para com a Administração Pública.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Ata nº. 12/2007

12.27.1 - Na vigência da ata de registro de preços o beneficiário de registro deverá manter as mesmas condições de habilitação da data da primeira sessão.

12.28 - Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da cidade de Curitiba, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Curitiba, 08 de junho de 2007.

Des. J. Vidal Coelho

Presidente do Tribunal de Justiça do
Estado do Paraná

Marco Aurélio Collaço

Marco Aurélio Collaço - EPP

Flávio Koval

Matheus Alexandre Moreira Toniolo

Sergio Jeremias

Casa do Epi LTDA.

Marilza Domingues Fernandes

Visão Comércio de Papelaria e
Informática LTDA.

Monique Costa

Testemunha

Gesler Luis Budel

Testemunha